

**ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA DA
UNIVERSIDADE DO BRASIL:
RELATO DE UM FUNDO ARQUIVÍSTICO**

**NATIONAL SCHOOL OF MINES AND METALLURGY OF THE
UNIVERSITY OF BRAZIL - AN ARCHIVAL GROUP REPORT**

Ana Carolina Miotti¹
Cláudio Roberto Leite²

RESUMO

O relato descreve o trabalho realizado com os documentos referentes à Escola Nacional de Minas e Metalurgia desenvolvido pela Seção de Arquivo Permanente, parte integrante da Divisão de Preservação Documental vinculada ao Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A instituição, criada no período imperial como Escola de Minas de Ouro Preto com apoio do Imperador Pedro II, ao longo dos anos passou por dificuldades, providências do governo além de sucessivas reformas de ensino que culminaram na sua subordinação ao Ministério da Educação e Saúde Pública como órgão da Universidade do Rio de Janeiro em 1931. Quando a referida universidade é reorganizada em 1937 e torna-se Universidade do Brasil, a Escola de Minas recebe a denominação de Escola Nacional de Minas e Metalurgia. A partir do levantamento e análise documentais, ressaltam-se a importância e a sistemática de atividades essenciais na organização dos arquivos permanentes aliadas à implantação do software AtoM (*Access to Memory*) customizado pela UFRJ como base de dados Mnemosine, sendo instrumento fundamental para a pesquisa a fim de promover acesso aos cidadãos preservando a integridade dos conjuntos documentais de guarda permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo Permanente; Escola Nacional de Minas e Metalurgia; Documento; Preservação; Acesso.

ABSTRACT

The report describes the work carried out with the documents referring to the National School of Mines and Metallurgy developed by the Permanent Archive Section, an integral part of the Documentary Preservation Division linked to the Archives System of the Federal University of Rio de Janeiro. The institution, created in the imperial period as the School of Mines of Ouro Preto with the support of Emperor Pedro II, over the years went through difficulties, government measures in addition to successive educational reforms that culminated in its subordination to the Ministry of Education and Public Health as an organ of the University of Rio de Janeiro in 1931. When this university was reorganized in 1937 and becomes the University of Brazil, the School of Mines is named the National School of Mines and Metallurgy. From the documentary survey and analysis, we highlight the importance and systematics of essential activities in the organization of permanent archives allied to the implementation of AtoM software (*Access to Memory*) software customized by UFRJ as a Mnemosine database, being a fundamental instrument for research in order to promote access to citizens preserving the integrity of documentary sets of permanent custody.

KEYWORDS: Archives; National School of Mines and Metallurgy; Document; Holdings maintenance; Access.

¹ Historiadora e arquivista. Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Arquivista. Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Trabalho submetido em junho de 2020. Aprovado em dezembro de 2020

1. INTRODUÇÃO

A atividade dos arquivos é essencial para a administração pública no que tange ao uso e à recuperação da informação, assim como para divulgação científica e fins culturais. Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida de uma instituição, vinculados ao processo pelos quais foram gerados. (BELLOTTO, 2002; THOMASSEM, 2006). O arquivo, como um organismo complexo, está em constante processo de transformação, atribuindo valores aos documentos em decorrência de suas funções que estão relacionadas ao primeiro uso, de caráter jurídico-administrativo e, posteriormente, ao uso pela pesquisa – o qual norteia esta abordagem.

Partindo desta premissa, evidencia-se uma característica inerente aos arquivos permanentes, também conhecidos como arquivos históricos, que têm como função reunir e conservar documentos que perderam seu valor administrativo em detrimento de suas atividades. De acordo com o parágrafo 3º da Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, a Lei de Arquivos, “consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados”.

Nesta perspectiva é importante destacar, no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o papel da Seção de Arquivo Permanente que integra a Divisão de Preservação Documental, cuja atribuição está relacionada à identificação, preservação e disseminação dos conjuntos documentais de guarda permanente, estando vinculada ao Sistema de Arquivos (SIARQ), que é o órgão responsável por definir normas e diretrizes de políticas arquivísticas na instituição.

Como parte de um amplo projeto de preservação do patrimônio documental da universidade, relata-se o trabalho realizado com o conjunto documental referente à Escola Nacional de Minas e Metalurgia (E.N.M.M.), cuja produção se efetivou durante o período em que a instituição fez parte da então Universidade do Brasil, atual UFRJ. Apresentado na modalidade comunicação oral tanto no VIII Congresso Nacional de Arquivologia, principal evento da área, quanto no VI Seminário de Integração dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, promovido anualmente pela Pró-Reitoria de Pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro que divulga a produção técnico-científica, de modo a disseminar conhecimento resultante das ferramentas encontradas no ambiente de trabalho.

Tratando-se da primeira experiência da seção, tal desafio consistiu no desencadeamento de atividades intelectuais e físicas de forma simultânea como também em etapas distintas. O ponto de partida foi a identificação dos documentos, pois referia-se a um acervo acumulado, ou seja, jamais contemplado por um programa de gestão. Logo, a aplicação de procedimentos arquivísticos concernentes visando à elaboração de um quadro de arranjo seguida de um inventário analítico que serviria de base para a próxima etapa, isto é, a inserção de dados no software AtoM, permitindo realizar a descrição multinível a fim de disponibilizar as informações através da tecnologia.

Paralelamente aos procedimentos e técnicas, é válido afirmar que a execução do trabalho envolveu muita pesquisa nos campos histórico e administrativo. Por essa razão, expõe-se resumidamente a trajetória da E.N.M.M., desde sua criação como Escola de Minas de Ouro Preto à denominação Escola Nacional de Minas e Metalurgia, até o desligamento da Universidade do Brasil. Conhecer a história da instituição é um dos pressupostos para compreensão do fundo assim como para o desenvolvimento de atividades inerentes aos arquivos permanentes.

2. DE ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO A ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA: UM BREVE PERCURSO PELA HISTÓRIA

A Escola de Minas de Ouro Preto é uma das mais importantes instituições de nível superior do Brasil, pioneira no desenvolvimento da metalurgia, mineralogia e geologia, destacando-se como órgão de ensino, pesquisa e ciência. Segundo Fávero (2010) era um dos seis estabelecimentos de ensino superior existentes no Brasil ao final do Império.

Inaugurada em 12 de outubro de 1876 na cidade histórica homônima e também primeira capital mineira, obteve forte apoio do imperador, Dom Pedro II, também membro da Academia de Ciências de Paris, cujo entusiasmo pelas ciências foi um fator preponderante para a sua criação.

Embora tivesse sido aprovado em 1832, o decreto que estabelecia a criação de um curso de estudos mineralógicos dividido em quatro anos na Província de Minas Gerais fora postergado por 43 anos, cujo cumprimento seria expedido através do decreto 6.026

de 06 de novembro de 1875, instituindo a Escola de Minas de Ouro Preto. (VILLANOVA, 1948, p.28)

A criação da Escola é vista, sobretudo, como um ato de vontade política do Imperador Pedro II, devendo-se mais a questões ideológicas do que propriamente econômicas. Vale lembrar que a economia nacional estava firmemente apoiada na lavoura do café e do açúcar e também na mão de obra escrava, cujo incentivo era grande para construção de estradas de ferro, porém desencorajador no que tange a atividades de ensino técnico e pesquisa científica não ligada diretamente à tradicional engenharia. (CARVALHO, 2010; TELLES, 1994)

A partir da exploração das riquezas minerais do país, via-se na indústria mineral como possível alternativa para o declínio econômico. Em viagem à França, D. Pedro II estabelece contato com Auguste Daubrée, diretor da Escola de Minas de Paris, convidando-o para vir ao Brasil. Apesar da recusa, Daubrée indica o cientista Claude Henry Gorceix que, após estudos realizados para escolha do local, aponta Ouro Preto como lugar ideal para a fundação da escola, considerando suas riquezas geológicas. Torna-se o primeiro diretor trabalhando até 1891, quando retorna para seu país. (CARVALHO, 2010)

A Escola de Minas desenvolveu-se a partir de um ensino eminentemente objetivo, embora a pesquisa surgisse de modo ainda desconhecido no país. Preconizava o ensino individualizado, tempo integral para professores e alunos assim como incentivo a viagens de estudos. Com a formação de docentes e preparo do corpo discente, os resultados foram aparecendo pouco a pouco, como se pode perceber pelo número de alunos diplomados ocupando cargos na política, empresas e instituições de ensino. Destacou-se também pela contribuição para a ciência, além do conhecimento no que tange aos aspectos minerais da província de Minas Gerais. (CARVALHO, 2010; TELLES, 1994)

Entretanto, com a proclamação da República surgem os problemas, pois não existe mais apoio do imperador, ressaltando a transferência da capital para Belo Horizonte e a atuação de professores na política de Minas Gerais. Fatores internos e externos são apontados como causadores do declínio, dentre os quais podemos citar a perda de autonomia, descaso das autoridades, condições físicas, insuficiência salarial, isolamento geográfico e cultural, culto da tradição e reformas de ensino. (CARVALHO, 2010)

É válido enfatizar que a Escola de Minas de Ouro Preto foi providência de várias reformas de ensino a partir do período republicano. A publicação do decreto nº 19.852 de

11 de abril de 1931 promove a organização da Universidade do Rio de Janeiro, primeira universidade pública federal criada em 07 de setembro de 1920. Assim, a Escola é incorporada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, tornando-se órgão da referida universidade, vindo a denominar-se Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro.

Anos depois, no período do Estado Novo (1937-1945), em plena Era Vargas, a Universidade do Rio de Janeiro é reorganizada, e com a promulgação da lei nº 452 de 05 de julho de 1937, é transformada em Universidade do Brasil. Seguindo novas configurações previstas para a instituição, passa a denominar-se Escola Nacional de Minas e Metalurgia mantendo a localização em Ouro Preto.

Cabe ressaltar que a Escola Nacional de Minas e Metalurgia permaneceu como estabelecimento da Universidade do Brasil até ser oficialmente desligada em 1960, com apoio do presidente da República Juscelino Kubitschek, do ministro da Educação Clóvis Salgado e também do reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon. Desta maneira, volta a chamar-se Escola de Minas de Ouro Preto, obtendo autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar.

Em 1969 torna-se Universidade de Ouro Preto sob a forma de fundação de direito público. Pouco depois, com o Estatuto de 1972, transforma-se em Fundação Escola de Minas que, futuramente, daria origem à Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. (CARVALHO, 2010)

3. O FUNDO ARQUIVÍSTICO DA ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA

Durante três décadas (1931-1960) a Escola Nacional de Minas e Metalurgia esteve subordinada à Universidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, Universidade do Brasil, tendo produzido documentos que atualmente integram o fundo homônimo sob a custódia da Divisão de Preservação Documental. Entende-se como fundo “o conjunto de documentos de arquivos de toda natureza reunidos por uma pessoa física ou uma instituição no exercício de suas atividades ou de suas funções”. (DUCHEIN, 2007, p.19)

Após o desligamento, conseqüentemente não há mais produção documental. Em razão disto, sob o ponto de vista arquivístico, considera-se fechado o fundo Escola Nacional de Minas e Metalurgia. Esta compreensão é dada pelo conceito de *respect des fonds* ou princípio da proveniência “que consiste em deixar agrupados documentos de

qualquer natureza provenientes de uma administração, pessoa física ou jurídica determinadas”. (BELLOTTO, 2006, p.130). Para complementar, Michel Duchein (1986), aponta que, quando um fundo conserva sua identidade e sua individualidade, deve-se considerá-lo proveniente do organismo que o produziu.

Criada em 2012 com o objetivo de preservar a documentação de terceira idade, a Seção de Arquivo Permanente inicia um longo trabalho de identificação do acervo considerado histórico composto basicamente por documentação administrativa – mais precisamente, processos. No primeiro momento, foram priorizados os documentos relacionados à Escola Nacional de Minas e Metalurgia, dada sua importância em vista da necessidade de tratamento documental urgente.

De fato, os documentos encontravam-se no depósito, armazenados em caixas de papelão. O diagnóstico inicial verificou que os mesmos apresentavam bom estado de conservação, apesar de submetidos a condições adversas, tais como passagem do tempo, variação de temperatura e umidade relativa, além de sujidades e pragas inerentes ao suporte – neste caso, papel.

Cada processo foi avaliado e classificado mediante a utilização de instrumentos específicos – Código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-meio da Administração Pública e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Concomitantemente procedeu-se à indexação dos mesmos no Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP) – <http://www.sap.ufrj.br> – que permite a consulta através do preenchimento de metadados disponíveis.

Após a identificação, partiu-se para a elaboração de um quadro de arranjo funcional, isto é, um esquema estabelecido do arranjo de um arquivo a partir das funções da entidade produtora, considerando aqui as áreas de gestão e respectivos assuntos. Entende-se por arranjo como “a sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37)

O quadro de arranjo foi instituído em conformidade com os níveis da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a saber: acervo da entidade

custodiadora³ (nível 0); fundo⁴ (nível 1); grupo⁵ (nível 2); série⁶ (nível 3) e subsérie⁷(nível 3,5), cuja representação pode ser vista em forma de organograma. (Figura 1)

Ademais, foram aplicados princípios de conservação reparadora, utilizando-se trincha macia para remoção de sujidades na higienização dos documentos. O acondicionamento foi feito em caixas-arquivo revestidas em plástico ondulado (polionda), adequado para acervos permanentes. Desta maneira, as caixas estão armazenadas em estantes de aço localizadas na própria divisão assim como organizadas de acordo com as séries e subséries correspondentes.

Foi elaborado um inventário analítico, que pode ser definido como “instrumento de pesquisa no qual as unidades de arquivamento de um fundo são identificadas e descritas pormenorizadamente”. (PAES, 2009, p.134) Desenvolvido inicialmente para consultas internas, facilitou a inserção das informações no software AtoM, contemplando outra atividade de suma importância nos arquivos permanentes, a descrição, que disponibiliza os dados para acesso e pesquisa na base Mnemosine.

Figura 1: Representação do quadro de arranjo do Fundo Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

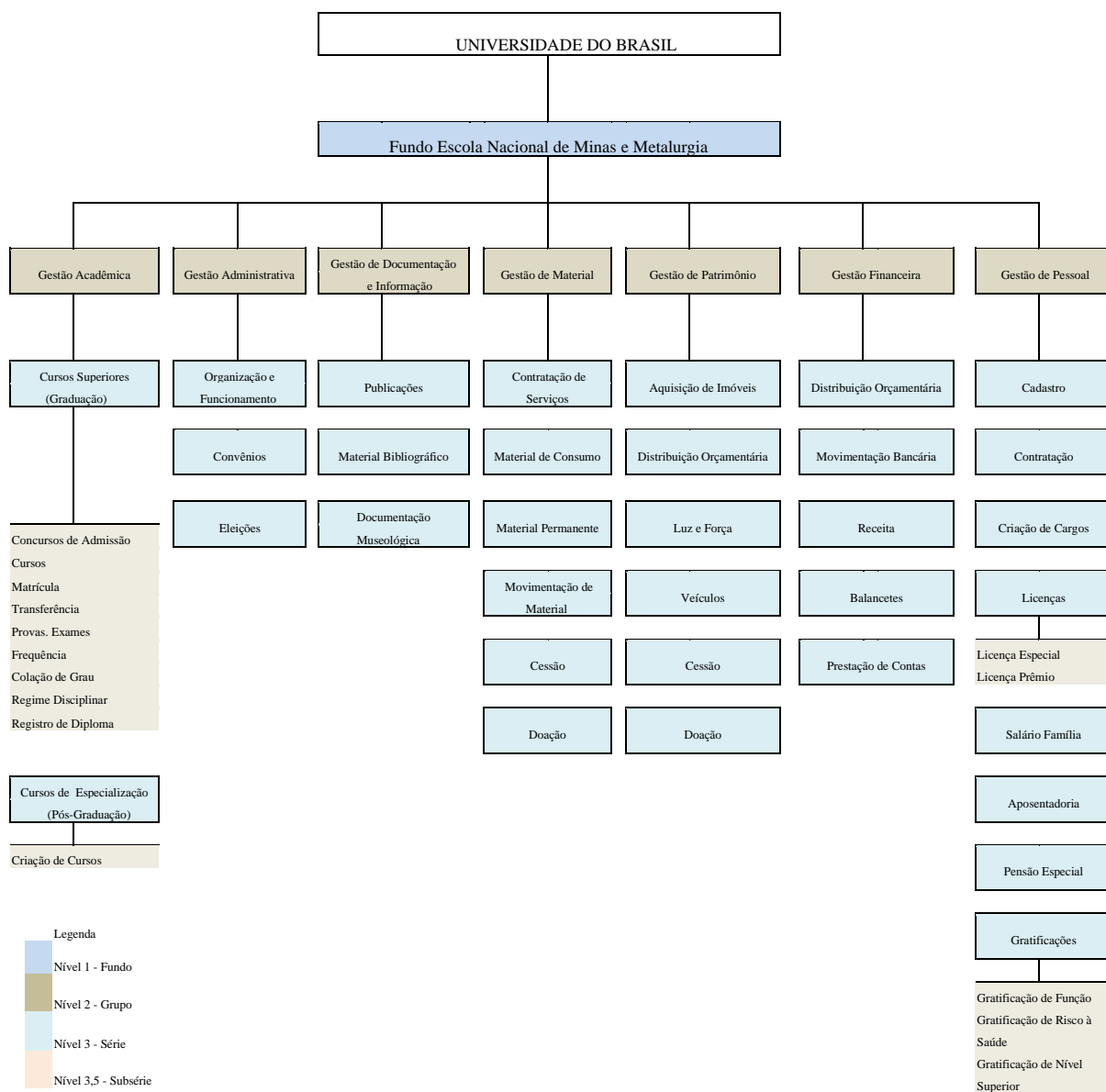
³ Entidade responsável pela custódia e acesso a um acervo. (NOBRADE, 2006, p.16).

⁴ Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. (*Ibidem.* p.16)

⁵Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou coleção, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas. (*Ibidem.* p.17)

⁶Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma seqüência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. (*Ibidem.* p.17)

⁷ Subdivisão da série. (*Ibidem.* p.17)



Fonte: MIOTTI; LEITE (2020).

4. DESCRIÇÃO E ACESSO AO FUNDO ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como em todas as organizações públicas ou privadas no Brasil, um dos bens mais valiosos é a informação. É raro o processo ou atividade que não gere informações relevantes que precisem ser

preservadas, difundidas e acessadas.

A partir da Constituição da República Federativa do Brasil, especificamente em seu artigo 5º, o constituinte estabelece que:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado”. (BRASIL, 1998, art.5º).

Com a Carta Magna, são definidas as linhas mestras da Política Nacional de Arquivos no que tange à gestão documental, à preservação e ao acesso às informações governamentais. O resultado disso é a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, reitera princípios constitucionais no que se refere à obrigação do Estado de promover a gestão de documentos e a difusão da informação governamental, afirmando que

[...] é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” (Lei nº 8.159, art. 1º).

A partir desses novos olhares, o tratamento dos documentos do poder público federal passa a ser estratégico para o Estado, que o reorganiza em um formato de sistema, integrando os serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da administração pública federal. (Decreto 4.915, art. 1º).

Em 18 de novembro de 2011, o acesso às informações produzidas pelo poder público é regulado, o Estado passa a ter o “dever de garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (Lei nº 12.527, art. 5º).

A publicidade dos atos dos órgãos públicos passa então a ser preceito geral e o sigilo, exceção. Nesta perspectiva e diante desse arcabouço legal, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ tem movido meios para que o cidadão tenha acesso às informações produzidas por sua comunidade acadêmica.

A partir de 2012, o atual Arquivo Central da Universidade deu início à descrição arquivística do fundo documental produzido pela Escola Nacional de Minas e Metalurgia. O objetivo do Arquivo Central com a descrição do acervo produzido pela Escola é dar acesso aos pesquisadores e consulentes em geral aos documentos que fazem parte da memória institucional brasileira.

Para a descrição do fundo foi utilizada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Esta norma foi publicada em 2006 pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), estabelecendo diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos no Brasil, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), tendo em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. (CONARQ, 2006, p. 10).

A NOBRADE tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível. Estrutura-se em oito áreas: Área de identificação; de contextualização; de conteúdo e estrutura; de condições de acesso e uso; de fontes relacionadas; de notas; de controle da descrição e de pontos de acesso.

Compreende 28 elementos de descrição, sendo que sete são obrigatórios, a saber: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es), condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Possui também seis níveis de descrição que vão do mais geral para o mais específico, a saber: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), grupo ou seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5).

A ferramenta tecnológica escolhida pela UFRJ para a descrição, difusão e acesso às informações geradas pela Escola Nacional de Minas e Metalurgia foi o software AtoM (*Access to Memory*). Este software foi desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), visando à padronização de normas técnicas para a descrição arquivística.

[...] o ICA-AtoM teve sua origem motivada pela evolução tecnológica e pela necessidade de uma plataforma baseada nos princípios do software livre (código-fonte aberto) e que atendesse à comunidade arquivística internacional. Toda sua arquitetura é baseada nas normas internacionais de descrição arquivística. Como rápido exemplo das vantagens de sua utilização, pode-se citar a padronização da atividade de descrição, a convergência de formato dos instrumentos de pesquisa, a ampliação do acesso aos acervos e a garantia de interoperabilidade entre as instituições arquivísticas com acervo permanente, possibilitando a formação de redes de arquivos. (SANTOS, 2016, p.14)

Analisando os recursos oferecidos pelo ICA-AtoM, Flores e Hedlund (2014, p. 32-33), listam uma série de benefícios oferecidos pelo software na descrição arquivística. Dentre eles, destacamos:

1. A possibilidade de criar, editar e excluir descrições arquivísticas: esta é a funcionalidade principal e essencial do software;

2. A possibilidade de anexar o documento digital: permite anexar o documento digital à sua respectiva página de descrição arquivística e, quando possível, exibindo na tela do navegador uma pré-visualização do documento logo acima dos seus elementos descritivos. Também é possível anexar vários documentos para uma única página de descrição arquivística, sendo que estes ficarão em nível abaixo dessa descrição;
3. A possibilidade de cadastrar novos usuários: este recurso permite que novos usuários sejam cadastrados e tornem a ter privilégios para alterações que afetem a base de dados;
4. A criação de grupos de usuários: destina-se a criar grupos de usuários com permissões específicas de inserção, edição e exclusão de dados, facilitando o controle sobre os usuários e permissões dentre as várias seções existentes no sistema;
5. A realização de pesquisa/substituição global de termos: este recurso permite a alteração de palavras simultaneamente em diversos níveis de descrição;
6. A tradução da interface do software: a maioria das palavras visíveis na interface do software pode ser traduzida para qualquer idioma pelo ambiente de administração;
7. A possibilidade de gerir os termos da descrição: este recurso possibilita controlar os pontos de acesso (nome, assunto e lugar) de uma forma independente da descrição direta na ISAD(G), ou seja, no momento da descrição de uma unidade documental usando a ISAD(G), o gestor apenas seleciona em uma lista os pontos de acesso já inseridos a partir deste recurso. Isso evita a redundância de dados e possibilita ao usuário trazer todas as descrições que contêm o ponto de acesso ao clicar sob ele;
8. A conformidade com as normas de descrição arquivística: além dos esquemas de metadados que são padrões internacionais, são contempladas também as normas internacionais de descrição arquivística ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH.

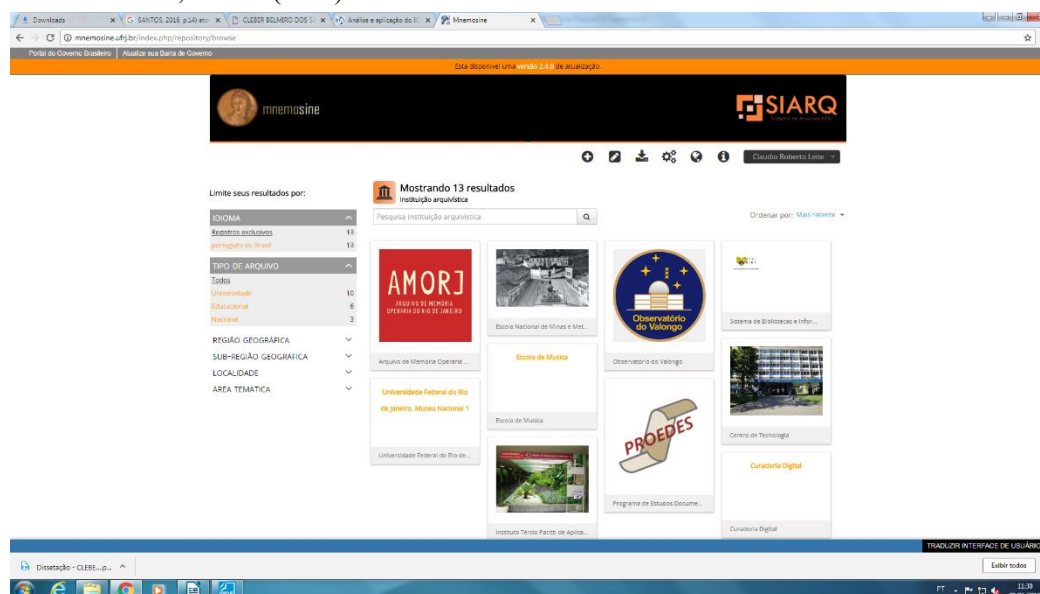
Em 2017 a UFRJ criou um grupo de pesquisa para iniciar a instalação e customização do AtoM, que é a nova versão atualizada do ICA-AtoM, levando em consideração as necessidades específicas da Universidade. A versão do software instalada nos servidores da UFRJ foi o 2.2.0, e está baseada no endereço <http://mnemosine.ufrj.br>.

A base de dados customizada foi batizada de Mnemosine em homenagem à deusa grega da memória, sendo mantida então pelo Sistema de Arquivos (SIARQ) e pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SuperTic).

Após a instalação do software, observou-se que o mesmo não apresentou problemas, pelo contrário, sua utilização é muito fácil. O AtoM é uma ferramenta que usa a Web como plataforma, fato este que interessou muito à Universidade pela possibilidade de disponibilizar os conjuntos documentais produzidos e acumulados para a comunidade científica e consultantes em geral.

Figura 2 – Página Inicial da Base Mnemosine (AtoM) da UFRJ.

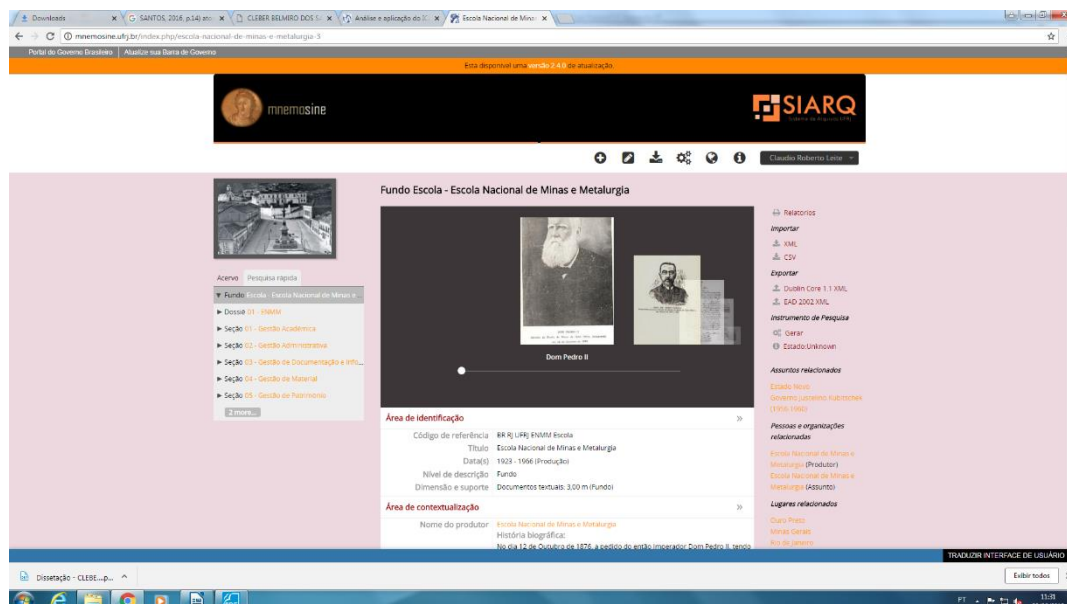
Fonte: MIOTTI; LEITE (2020).



A Base Mnemosine contempla os acervos de guarda permanente da UFRJ, ou seja, os conjuntos documentais preservados de forma definitiva em função de seus valores informativo, probatório e histórico.

Estão reunidos documentos institucionais e pessoais, de diversos gêneros, abrangendo desde a fundação da instituição como Universidade do Rio de Janeiro até os dias atuais.

Figura 3 – Página com a Descrição do Fundo Arquivístico Escola Nacional de Minas e Metalurgia.
Fonte: MIOTTI; LEITE (2020).



O fundo arquivístico Escola Nacional de Minas e Metalurgia foi devidamente inserido na base Mnenosine. Como resultado de todo trabalho, observou-se um aumento quantitativo e qualitativo de acesso aos conjuntos documentais da Escola. O objetivo do trabalho foi alcançado, as pesquisas realizadas no acervo são seguras e dinâmicas, atendendo aos pressupostos previstos em legislações vigentes no país, permitindo, principalmente, o acesso às informações públicas produzidas por uma das instituições mais tradicionais do Brasil por um número ilimitado de consulentes no Brasil ou em qualquer lugar do mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objeto do trabalho refere-se a uma instituição criada há quase 150 anos, certamente seria inevitável não haver outros estudos ou publicações que abordassem o assunto, visto que a mesma é marcada pelo pioneirismo que estimulou a pesquisa científica ainda nos primórdios da educação superior brasileira, além de ter contribuído para o desenvolvimento de áreas afins que constituem sua formação.

Entretanto, verificou-se no decorrer da investigação histórica que não foram encontradas obras relacionadas à Escola Nacional de Minas e Metalurgia enquanto esteve vinculada à Universidade do Brasil. Isto pode ser demonstrado pelo número inexpressivo de fontes que façam referência ao período que é historicamente considerável, causando estranheza por não haver registros relevantes.

No tocante ao fundo Escola Nacional de Minas e Metalurgia que abrange a documentação administrativa, afirma-se que grande parte já cumpriu o prazo de guarda determinado pelas tabelas de temporalidade correspondentes e, de acordo com a natureza do assunto, poderia ser eliminada, restando alguns de guarda permanente ou na fase intermediária, ou seja, com prazo ainda em vigor. Schellenberg (2006, p.48) salienta que “os documentos, uma vez destruídos, não podem ser recuperados, pois, comumente, existem em uma única via”.

Diante deste quadro, os arquivistas responsáveis pela organização do fundo, após discussões e questionamentos, decidiram que a destinação final dos documentos seria a guarda permanente, desconsiderando os prazos de guarda oficiais. Sabendo que o trabalho arquivístico implica escolhas, tal decisão foi impulsionada pela existência de parco material sobre a E.N.M.M., assegurando uma das competências do arquivo que é fornecer elementos de prova e informação. Lombardo (*apud* Bellotto, 2006, p. 116) diz que “não há arquivos que sejam, em essência, históricos, e todo papel administrativo, desde sua criação tem, em potencial, um valor histórico”.

Reitera-se que documentos de arquivo constituem fontes primárias, indispensáveis para a pesquisa histórica. Schellenberg (2006, p.204) aponta que o “valor da pesquisa em geral deriva da importância da informação num conjunto de documentos, e não da informação contida em peças isoladas”. Isto se deve, sobretudo, aos princípios de unicidade e organicidade que são intrínsecos aos documentos de arquivo.

Sabe-se que a preservação dos conjuntos documentais de guarda permanente é imprescindível para manter os registros para a posteridade. Por isso, procedimentos básicos aliados ao uso da tecnologia visam a garantir vida útil aos documentos físicos sem prejuízo do suporte, permitindo acesso ilimitado às informações neles contidas e disponibilizando os dados de forma segura. Considerando esses fatores, o tratamento documental do fundo E.N.M.M. deu-se de forma favorável a fim de salvaguardar os documentos que constituem parte da história da entidade custodiadora e também da unidade em questão, ilustrando que tal experiência poderá nortear futuras demandas no

que tange à organização de acervos permanentes atribuída à Divisão de Preservação Documental.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H.L. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: ArqSP, 2002.

_____. **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Acesso em 01 jun. 2020

_____. CONARQ - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf>

Acesso em 02 jun. 2020

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

Acesso em: 02 jun. 2020

_____. Decreto nº 4.915, de 12 de Dezembro de 2003. **Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal, e dá outras providências**. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4915.htm> Acesso em 02 jun.

2020

_____. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro**. Disponível em

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>> Acesso em 01 jun.2020

_____. Lei nº 452, de 05 de julho de 1937. **Organiza a Universidade do Brasil**.

Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-452-5-julho-1937-398060-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 01 jun. 2020

_____. Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm> Acesso em: 01 jun. 2020

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações**. Brasília, DF, 2011.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/12527.htm)

[2014/2011/lei/12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/12527.htm) Acesso em 02 jun. 2020

CARVALHO, J.M. **A Escola de Minas de Ouro Preto: O peso da glória.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010.

DOS SANTOS, C.B. **Impactos do AtoM na descrição e no acesso aos acervos no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz** / Cleber Belmiro dos Santos. – 2016. Dissertação (Mestrado Profissional de Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma.../dos-santos-cleber-belmiro.../view Acesso em 02 jun. 2020.

DUCHEIN, M. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, nº 1-2 p. 13-22, jan/dez 2007.

_____. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapi.inf.br/v/a/11453>>. Acesso em 01 jun. 2020.

FÁVERO, M.L.A. **A Universidade do Brasil: das origens à construção.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FLORES, Daniel. HEDLUND, Dhion Carlos. **Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria – RS.** Inf. Inf., Londrina, v. 19, n. 3, p. 86 - 106, set./dez. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/14892/pdf_33. Acesso em 02 jun.2020.

PAES, M.L. **Arquivo: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TELLES, P.C.S. **História da Engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX).** Rio de Janeiro: Clavero, 1994. 2v

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.05-16, jan/jun 2006.

VILLANOVA, J. **Universidade do Brasil.** Rio de Janeiro: Service des Pays, 1948.